

TRÊS VERSÕES DO MÚLTIPLO TEORIAS DA LITERATURA COMPLEXAS

Heidrun Krieger Olinto
Departamento de Letras (PUC-Rio)

- **RESUMO:** *Análise comparativa de modelos teóricos franceses, americanos e alemães que lidam com questões de complexidade, contingência, interdisciplinaridade e transnacionalidade nos estudos da literatura, com ênfase sobre a diferença de estilos e conteúdos na construção de suas categorias.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Teoria da Literatura; Interdisciplinaridade; Complexidade.*
- **ABSTRACT:** *Comparative analysis of French, American and German perspectives in literary studies dealing with problems of complexity, contingency, interdisciplinarity and transnationality, emphasizing differences of style and content in their theoretical constructions.*
- **KEY WORDS:** *Literary theory; Interdisciplinarity; Complexity.*

Um olhar transversal sobre o que se passa no campo das Letras, hoje, revela certa mobilização por parte considerável de teóricos em torno da construção de teoremas do múltiplo, do heterogêneo, do contingente, na esfera dos estudos da literatura. Processos culturais, de um modo geral, e fenômenos literários, de um modo particular, são vistos com frequência como excessivamente complexos e, por isso, como resistentes à conceitualização. Mesmo assim, assinalam-se nitidamente tentativas de construir – ou adaptar modelos complexos para o fenômeno literário compreendido como sistema social de múltiplas dimensões. A presente reflexão entende-se como discussão de perspectivas diferentes que correspondem a modelos articulados em espaços geográficos e culturais distintos: França, América, Alemanha. Não diria que se trate, necessariamente, de formas representativas, no sentido de típicas, desses espaços, ainda que essa conclusão possa parecer plausível.

Uma das marcas visíveis no âmbito desses estudos da literatura revela-se no formato e no estilo dos próprios manuais de teoria da literatura, que, de forma cada vez mais acentuada,

foram se transformando em coletâneas de ensaios e antologias de múltipla autoria e temática. Trata-se de um fenômeno que atesta, simultaneamente, a substituição da voz autoral particular pelo consenso/dissenso de subgrupos de uma comunidade científica vagamente identificável e o enfraquecimento de fronteiras disciplinares e geográficas. À transdisciplinaridade e à internacionalização radical dos bens culturais corresponde, além disto, o surgimento de um vocabulário teórico miscelâneo, de origem incerta, em contradição com o bairrismo confortável anterior. O discurso crítico contemporâneo perdeu visibilidade e contornos. Parafraseando o título sintomático de uma resenha de Luiz Costa Lima podemos acrescentar: teorias da literatura já foram fáceis (Lima, 1996, p.7).

Se aliarmos a essa situação as duas dezenas de propostas teóricas que, segundo o anuário da Modern Language Association, circulam atualmente no cenário diversificado dos estudos literários em termos de atividades e produtos — desde o ensino institucional em vários graus até a publicação de artigos, livros, revistas, e a realização de palestras, conferências, congressos —, teremos um mosaico incontrolável de elementos e combinações que mobilizam indivíduos, grupos e subgrupos, sem que nenhum consiga impor a sua agenda a mais do que uma fração da comunidade mais ampla.

O tema da complexidade e da contingência não é apenas um assunto que mobiliza a nossa comunidade externamente. O próprio objeto de estudo se pulverizou e se pluralizou. A consciência aguda dessa situação é mérito das discussões que se iniciaram, há quase três décadas, com as propostas da estética da recepção e do efeito e, de um modo geral, com o deslocamento da ênfase sobre tendências pragmáticas nos estudos da literatura. Podemos supor, então, que o senso comum atual não confunde o estatuto da literatura com obras e propriedades textuais particulares, mas o assume como fenômeno a ser analisado no contexto de uma situação comunicativa em que desempenha funções reguladas por determinadas condições institucionais históricas. Nesta perspectiva, teorias da literatura precisam instrumentalizar-se

para compreender o fenômeno literário em novas e múltiplas dimensões contingentes. A constituição de teorias da multiplicidade transformou-se, assim, em desafio urgente para todas as disciplinas, não só na esfera das ciências humanas e sociais, mas, igualmente, das ciências naturais e formais.

As mudanças ocorridas nas teorias da literatura, caracterizadas por perspectivas pragmáticas e alianças interdisciplinares, tiveram como efeito significativo o deslocamento da investigação para fora dos limites da matriz disciplinar tradicional e para fora dos limites culturais e nacionais. No campo teórico, a passagem do texto para o sistema literatura demanda esforços de sistematização sem precedentes. A visão da literatura como rede de múltiplos processos interativos e instáveis obriga a repensar a esfera do literário nestas proporções alteradas e a refletir sobre as próprias circunstâncias sócio-históricas do processo comunicativo literário no circuito da produção, transmissão, recepção e análise crítica, em âmbitos ilimitados.

As novas alianças e filiações intelectuais tendem a privilegiar molduras teóricas mais abrangentes e, ao mesmo tempo, atentas à filigrana. As conseqüências possíveis e plausíveis da qualidade diferencial difusa do sistema literário encaminham-se em duas direções polares. Por um lado, verifica-se certa tendência em transformar o discurso teórico em jogo metafórico belo e vago, mas, por outro, notam-se esforços de desafiar o paradigma da complexidade a partir de tentativas de abrir fronteiras disciplinares e/ou tentativas de uma conceitualização considerável e penosa. Certos modelos que se aproximam pelo conteúdo, mas se distinguem pela origem nacional e cultural, pelos compromissos políticos, pelos estilos de sua teorização permitem localizar esta questão.

Assim, por exemplo, na França dos anos 70, Deleuze e Guattari articularam o tema da complexidade, aprofundando-o no livro *Mille plateaux* (1980) em torno da imagem fascinante do rizoma, que se transformou em figura emblemática do pensamento pós-moderno, sem que eles próprios se tenham servido do rótulo. Não só o ensaio introdutório “Rhizome”, mas todo o livro

oferece, em variações incontáveis, uma crítica das categorias de identidade, semelhança e diferença construídas pelo pensamento clássico e traduzidas por eles pelo símbolo da árvore. Segundo os autores, o modelo arborescente tem dominado a realidade e o pensamento ocidentais da botânica à biologia, da anatomia à teoria do conhecimento, da teologia e filosofia à política e economia, da lingüística à psicanálise. “Estamos cansados da arboricultura!” (24). Essa exclamação, acrescida por uma série de imperativos tais como: “Faites rhizome et pas racine, ne plantez jamais!”; “faites la ligne et jamais le point!”; “ne suscitez pas un général en vous!” (36), representa, de certo modo, o questionamento de um pensamento pretensamente universal, da ordem da razão, fundado sobre totalidades englobantes, que faz parte das chamadas ciências “reais e imperiais” (448). A esse modelo da ciência maior, “sedentária”, opõe-se outro: um modelo “problemático”, um modelo “turbilhão”, uma ciência “nômade”. Em outras palavras, um modelo sensível ao singular, ao heterogêneo, um modelo de “consistência rizomática” (404).

O rizoma — vegetal singelo que traduz o múltiplo no próprio nome, composto de *rhiza* (raiz) e *oma* (tumor) — lança raízes em sua brotação aérea numa propagação perpétua de redes, tecendo relações transversais entre linhas evolutivas diversas. De crescimento desordenado, com fraturas múltiplas e aleatórias, mudando de natureza à medida que multiplica suas conexões, segue linhas de fuga, variando-as em mutações perversas, de probabilidades incertas (23). Essa imagem propõe uma visão paradigmática do pensamento atual em oposição à figura da árvore comprometida com a idéia de um mundo ordenado por relações dicotômicas, unidades discretas, estruturas cêntricas e hierárquicas, mecanismos de controle do caos.

A topografia rizomática, esse modelo sem síntese, acêntrico, “sem general que comanda a hierarquia” (32), encontra outra tradução no termo “platô”, responsável pelo título do livro. O conceito apropriado de George Bateson, que o usa em relação a regiões contínuas, sem direções preestabelecidas, sem ponto culminante, sem objetivos exteriores, transformou-se em fórmula de

rizo-esfera que permite representar a nova diferença livre como simbiose, de modo semelhante ao platô “inseparável das vacas que o povoam” (32).

O que Deleuze e Guattari apresentam é um modelo para compreender o múltiplo pela fórmula mágica que vincula o singular e o plural pelo rizoma, duplamente irreduzível. Não é o uno que se multiplica pela bifurcação, tampouco o múltiplo deriva do uno (31). É neste sentido, também, que precisam ser entendidas as suas categorias espaço-temporais que agenciam movimentos de territorialização e de desterritorialização, criando consistências provisórias de estabilidade momentânea, em função de seus contornos flexíveis e de suas fronteiras porosas que facultam passagens para novas combinações (402). O próprio movimento de transformação não é descrito por conceitos de filiação, hereditariedade e evolução unilinear, mas como “debandada”, “pânico”, “epidemia”, “contágio” (295). Os exemplos citados têm correspondência em termos tais como vampiros, ratos, formigas, matilhas e até no modelo da organização das sociedades secretas do crime (296).

Uma ciência nômade, oposta à ciência sedentária, maior, surge sob a bandeira da construção. O novo pensador — guerrilheiro, figurado também pela “tribo no deserto” — pratica o nomadismo intelectual no contexto de uma “ciência menor”, em “geometrias itinerantes” (470), em esferas sem horizonte, como a “estepe”, o “deserto”, o “mar”, o “gelo” (469), caminhando em espaços abertos, de “fluxos contínuos”, “curvilíneos”, “espiralados”, elaborando tratados de nomadologia que privilegiam “modelos hidráulicos” em detrimento das “teorias dos sólidos” (417).

Neste contexto, despede-se o artista clássico que, afrontado pelas forças do caos, pela matéria bruta indomada, impõe-lhes a forma para criar substância. O artista contemporâneo, ao contrário, celebra o caos como a “rainha da noite” (417). Do mesmo modo, torna-se problemática a idéia do livro clássico, “livro-raiz”, orgânico, que reproduz o mundo (11). O livro não é reflexo do mundo, mas constrói formas rizomáticas em conexão com ele (17). A tripartição tradicional entre a esfera do real (o

mondo), a esfera da representação (o livro) e a esfera da subjetividade (o autor), é repensada a favor da simbiose aleatória dos elementos dessas três esferas. Em suma, nasce o livro-rizoma.

Esse livro, segundo eles, encontra o seu lugar exemplar na literatura americana contemporânea, vista pelo olhar francês como espaço de inauguração do “isto e aquilo”, do “entre”, em lugar do “isto ou aquilo”, opondo, assim, uma lógica binária exclusiva a uma nova razão inclusiva, de consistência rizomática, que não se conjuga com o verbo “ser” (36, 37).

Deleuze e Guattari oferecem, assim, a partir de figuras mágicas e singelas, uma compreensão nova do complexo teorema da diferença, ou, como eles próprios diriam, “uma teoria das multiplicidades das multiplicidades” (604). Segundo eles, as chaves para esta leitura do múltiplo precisam ser buscadas em perspectivas pragmáticas e construtivistas (14). Mas como alinhar essas metáforas, belas e perturbadoras, em sistemas teóricos não só plausíveis mas também possíveis?

Na América — citada na proposta francesa de forma exemplar em variações temáticas diversas —, surge na mesma época um estilo diferente de teorizar o plural.

As mudanças ocorridas no campo dos estudos da literatura nos Estados Unidos do pós-guerra podem ser explicitadas pela convergência de várias circunstâncias.

Os mais importantes desenvolvimentos dos últimos vinte anos realizaram-se sob o impacto de tendências teóricas européias de proveniência variada. A expansão do campo de investigação no pós-guerra americano parece ter relação, segundo Jonathan Culler, com a disponibilidade de verbas nas universidades, o que facilitou o acesso a discussões européias pela criação de novas revistas especializadas em assuntos ligados à literatura, como fórum para a publicação de trabalhos estrangeiros, que nos anos 70 eram de origem acentuadamente francesa. Outras conseqüências foram o intercâmbio com universidades estrangeiras e a contratação freqüente de professores visitantes renomados, entre os quais o exemplo de Derrida é dos mais significativos. Simultaneamente os movimentos estudantis podem ser vistos como respon-

sáveis por várias energias que revitalizaram a universidade americana pelo questionamento de ortodoxias e pela curiosidade e abertura em relação a novas direções metodológicas e teóricas (1987: 95).

O *normal criticism* atual, caracterizado por Jonathan Culler como “shifty or sloppy eclecticism” (1987, p. 85), uma prática, portanto, indefinível por paradigmas precisos, pode ser analisado a partir do impacto das teorias européias num espaço acadêmico de fraca herança filosófica e dominado, até então, pelo *New Criticism*.

A tentativa de substituir uma prática acadêmica sobre o texto por uma abordagem interdisciplinar do fenômeno literário — marcando o deslocamento do interesse pelo sentido da obra para a descrição das estruturas responsáveis pela produção de sentido — coincide com a importação, tradução e circulação de idéias estrangeiras deslocadas do espaço de sua produção original. Os efeitos dessa transferência e a ampliação intercultural e transnacional fizeram-se sentir, de imediato, no cenário intelectual da academia americana pela rearticulação de suas fronteiras interdisciplinares. As teorias da literatura mostraram-se particularmente receptivas às novas propostas teóricas de outros campos, por causa da falta de constrangimentos que limitam geralmente o espaço de atuação das disciplinas de origem. Uma circunstância que, segundo Culler, permite às teorias da literatura apreciar, de forma mais descompromissada, disciplinas tão diversas quanto psicanálise, antropologia, psicologia, filosofia, história... (1982, p. 11).

Uma das conseqüências da mudança da concepção de literatura como conjunto de textos, para uma compreensão do fenômeno literário como esfera específica de ação comunicativa, foi também a necessidade de explicitar as diferenças entre a perspectiva do crítico e seu gesto exegético — uma prática legada pelo *New Criticism* — e essa nova atividade e esfera interdisciplinar de fronteiras porosas e rearticuláveis.

Em 1982, Culler prefere batizar essa área, ainda sem nome, simplesmente de *theory* e não de *literary theory*, porque

muitos dos trabalhos mais interessantes não se referiam especificamente à literatura. Tampouco se tratava de filosofia em sentido tradicional; além dos filósofos como Hegel, Nietzsche e Gadamer, compareceram figuras como Saussure, Marx, Freud, Goffman, Lacan (1987, p. 8).

Este novo gênero em desenvolvimento — que, segundo R. Rorty, “is neither the evaluation of the relative merits of literary productions, nor intellectual history, nor moral philosophy, nor epistemology, nor social prophecy, but all of these mingled together in a new genre” —, endossado por Culler pelo termo *theory*, define-se pela forma de ser estudado: fora da própria matriz disciplinar (8).

Estudantes de *theory* lidam com categorias elaboradas por Freud, desconhecendo questionamentos posteriores de suas formulações pela própria psicologia; lêem Derrida sem dominar a tradição filosófica e lêem Marx sem confrontar suas propostas com descrições alternativas de situações político-econômicas (9). Escritos desse novo gênero não funcionam como demonstração dentro dos parâmetros de uma disciplina, mas se apresentam como reescrituras que desafiam molduras disciplinares tradicionais.

O domínio do termo *theory* abrange, segundo Culler, vagamente algo que os franceses chamam de *sciences humaines*, mas refere-se, igualmente, à esfera da *critical theory*, ou até mesmo ao campo da *literary theory*, vista, então, na figura de substituta das principais funções culturais antes assumidas pela filosofia. A importação do pensamento de autores como Heidegger, os frankfurtianos, Lyotard e Deleuze por teóricos da literatura e não por filósofos, pode indicar uma das possíveis razões para o papel central desempenhado pela teoria da literatura na emergência desse novo gênero. Assim, na maioria das universidades americanas, cursos sobre Freud são mais facilmente oferecidos por Departamentos de Letras do que de Psicologia; Nietzsche, Sartre, Gadamer, Heidegger e Derrida são discutidos com mais frequência por professores de literatura do que por professores de filosofia; e Saussure, desdenhado pela lingüística

atual, continua em destaque para estudantes e professores de literatura.

O fato de, em 1987, Culler ainda usar o *nickname theory* para abarcar essa miscelânea de discussões e teorias interdisciplinares não deixa de ser problemático (87). Quando um professor de letras ensina e escreve sobre Freud ou Heidegger, trata-se de um fato anômalo no mundo universitário organizado em departamentos que representam, supostamente, disciplinas intelectuais de campos diferentes. Deste modo *theory* — “as we call it” — representa, por um lado, uma atividade acadêmica, mas dentro da universidade se comporta de forma transdisciplinar, porque desafia fronteiras em função das quais se legitima normalmente a estrutura universitária. Geralmente as disciplinas reivindicam o direito de julgar trabalhos que se situam no interior de seus limites específicos, mas Culler enfatiza que “in practice, *theory* contests the right of psychology departments to control Freud's texts, of philosophy departments to control Kant, Hegel, and Heidegger” (96).

Mas se, por um lado, a institucionalização desse novo gênero mestiço, sem matriz disciplinar própria, comporta os seus riscos e suas inconseqüências, por outro, podem-se vislumbrar também espaços novos para indagações epistemológicas, teóricas, metateóricas, metodológicas, interdisciplinares “sérias” — como quer, por exemplo, Siegfried J. Schmidt. Não se sabe, exatamente, se ele daria de bom grado esse atributo aos seus colegas americanos, ou se classificaria o tipo de interdisciplinaridade por eles praticada como “instalação de um armazém de secos e molhados” (1993, p. 8).

Seja como for, talvez esse seja o ponto de maior divergência entre as duas agendas: de um lado, a inexistência de uma proposta sistemática abrangente e, no entanto, um turbilhão de idéias interessantes de alguns teóricos brilhantes; de outro, o esforço de um projeto empírico e teórico integrado e complexo, articulado em torno de um grupo de pesquisadores das mais diversas áreas das ciências humanas, sociais, e até naturais, que

hoje soma quase duas décadas de convivência científica interdisciplinar.

Para Schmidt, o futuro da teoria da literatura se situa no contexto de uma ciência da literatura empírica construtivista, fundada sobre teorias sistêmicas complexas e comprometida com a exploração dos potenciais de uma “interdisciplinaridade séria” (1992a, p. 17) — freqüentemente declarada indispensável, mas raramente realizada de fato.

O teórico alemão e o seu grupo de pesquisa NIKOL desenvolveram, a partir do início dos anos 80, uma ciência da literatura empírica, fundada, do ponto de vista epistemológico, sobre pressupostos construtivistas radicais. Nesta perspectiva, literatura não pode ser uma marca textual definível pela categoria da literariedade e por princípios estruturais, mas precisa ser entendida como disposição de participantes em relação a ações comunicativas, como esfera de ação social específica incorporada ao sistema sociocultural, que forma, junto com outros, tais como ciência, política, economia, etc., um sistema social global.

Uma ciência da literatura concebida na perspectiva construtivista como teoria da ação não tematiza, então, o texto literário como entidade autônoma, mas diversas dimensões do sistema literatura, tais como produção, mediação, recepção e análise teórica de textos literários. Textos são literários apenas na perspectiva dessas constelações acionais sociais concretas, em sistemas históricos definidos por determinados processos de socialização, necessidades cognitivas e afetivas, intenções e motivações gerais, e, ainda, por condicionamentos políticos, sociais, econômicos e culturais que correspondem aos sistemas de pressupostos de sua ação. Em função dessas articulações, textos são julgados e dotados de sentido.

O acento da ciência da literatura empírica sobre a esfera “difusa” da “vida literária” e a sua dinâmica é acompanhado, em nível teórico e empírico, pela procura e construção de quadros capazes de tematizar essa transição. A perspectiva da ciência da literatura empírica demanda a integração de outros contextos e esferas — “ainda que por enquanto não saibamos quais e quan-

tos”, como diria o próprio Schmidt (1986, p. 3) — e, por isso, precisa articular as suas preferências teóricas com molduras eficientes para problematizar a complexidade de forma elástica e abrangente.

O desafio maior situa-se, então, na elaboração de teorias e modelos que ofereçam a possibilidade de investigar sistemas de diferenciação social altamente complexos, que analisem não só a pluralidade de papéis sociais, mas também as suas inter-relações variáveis *ad infinitum*. Essas novas molduras teóricas precisam ser extremamente flexíveis para poder lidar com eventos e processos dinâmicos.

No decorrer dos anos 80, o sociólogo alemão Niklas Luhmann transformou-se em referência freqüente pela elaboração de teorias sistêmicas que permitem lidar com complexidades crescentes e de constante transformação. A novidade de seus modelos está na radicalização de análises funcionais que dispensam pressupostos de estruturas globais subjacentes aos componentes sistêmicos parciais que as condicionam. Em outras palavras, o modelo não comporta partes subordinadas a uma totalidade. Segundo Luhmann, sistemas sociais podem ser identificados como sistemas de construção de sentido, traduzíveis como modelos que reduzem a complexidade de contextos circundantes indeterminados. O que, à primeira vista, pode parecer mero modelo de redução revela seu potencial ilimitado à medida que sistemas sociais — ou seja, sistemas de sentido — podem ser compreendidos como resultado de processos seletivos que preservam possibilidades não atualizadas, mantendo-se, assim, uma identidade sistêmica atravessada por permanente inquietude e mobilidade (1984, p. 98).

A construção de sentido, equivalente à construção de identidades, caminha, por assim dizer, na via dupla da estabilidade/instabilidade, privilegiando categorias como equilíbrio instável e dinâmica estável. Essas novas teorias modelam sistemas sociais autopoieticos e auto-referenciais, à medida que se produzem/reproduzem pela diferenciação móvel de sistema/ambiência em função de contornos ou fronteiras porosas e interpenetráveis.

Trata-se, portanto, de teorias que tentam lidar com a condição complementar das duas esferas, em vez de enfatizar a exclusão de um dos componentes do par dicotômico. Pelo fato de seu modelo de sistema/ambiência circundante (*Struktur/Umwelt*) não eliminar oposições binárias, mas supor relações intercambiáveis e reajustáveis, ele oferece perspectivas atraentes para descrever sistemas literários.

Uma das vantagens diz respeito, por exemplo, à inclusão do não-literário na categoria tradicional do literário, formando as duas esferas uma unidade relacional auto-reguladora com fronteiras maleáveis. Os limites entre sistema/ambiência, responsáveis pela construção de identidades e sentidos, existem, no entanto, em estado permeável e provisório.

Sinais da importância das propostas de Luhmann para uma ciência da literatura emergiram em vários trabalhos da Estética da Recepção e do Efeito, vista retrospectivamente como um dos primeiros esforços para questionar categorias de unidade e estrutura de textos literários pela mediação do leitor. Essas teorias recepcionais trouxeram um fator de alta instabilidade para as fronteiras do sistema literário, porque a relação texto-leitor como categoria fundante, ancorada no processo de leitura, desconstrói conceitos de unidade, totalidade, identidade.

O acento sobre processos interativos na construção de objetos literários e seu sentido abriu caminhos para uma compreensão renovada do literário, que já apontava para processos comunicativos contextualizados complexos, que as teorias da literatura posteriores tentavam solucionar a partir de pressupostos alterados.

O que torna o modelo de Luhmann atraente para Schmidt é a sua tese de que a sociedade, em seu conjunto, possa ser descrita como sistema autopoietico, auto-referencial e auto-organizativo. As fronteiras entre sistema/ambiência são vistas como simultaneamente porosas e discriminatórias, o que permite compreender os vínculos entre os dois elos como interativos e processuais. Assim, as oposições binárias que formam o seu quadro conceitual, na verdade, não operam como dicotomias exclu-

centes, mas oferecem a possibilidade de articular globalidades sistêmicas dinâmicas, suas relações internas e interpenetrações com ambiências externas de modo inovador. Schmidt valoriza, particularmente, a substituição do teorema da exclusão, traduzido pela expressão “isto ou aquilo”, pela fórmula de complementaridade do “isto e aquilo”, porque essa perspectiva abre caminhos para modelos de sociedade que lidam com o pluralismo de estruturas dinâmicas e não discriminam aspectos opostos em detrimento de um dos lados, mas os entendem como suplementares (1987, p. 66-67). Quadros teóricos que operam com a inserção da diferença não sintonizam com concepções globais e definitivas, dualismos e hierarquias, mas com construções de mundo parciais e reconsideráveis, que desenham identidades provisórias, equilíbrios flutuantes.

A orientação sobre a “vida literária”, e não sobre a configuração do texto, supõe uma investigação das ações dos indivíduos que, de diversos modos, lidam com fenômenos considerados literários. Segundo Schmidt, essas atividades comunicativas literárias podem ser tematizadas a partir de quatro papéis acionais básicos (a produção, a transmissão, a recepção e a elaboração teórica), que se articulam necessariamente com ações literárias, caracterizando-se, assim, uma relação auto-referencial numa organização sistêmica. Desse modo, o sistema literário, como sub-sistema social, pode ser concebido como auto-referencial e auto-organizativo. O seu dinamismo decorre basicamente da interação de seus componentes internos e não essencialmente da influência da ambiência, o que, de certo modo, explica a sua autonomia relativa em comparação com o contexto. Entretanto, quando a auto-organização e os componentes de um sistema interagem ao ponto de alterar a economia sistêmica, ocorrem mudanças que afetam a sua própria organização. É neste sentido que Schmidt fala em sistemas auto-organizativos que produzem a sua ordem de forma espontânea.

No contexto deste quadro, a literatura é vista como modo de organização de ações comunicativas literárias múltiplas, interativas. Mas como construir modelos teóricos que permitam

analisar esse conjunto dinâmico complexo? Para Schmidt, a contingência histórica da categoria “literatura”, assim entendida como síndrome de texto-ação-comunicação-contexto, permite apenas teorias empíricas para descrever processos literários. Explicações de sincronia/diacronia de estruturas, de funções e da dinâmica de ações literárias, processos literários e sistemas literários podem ser formuladas por teorias sistêmicas construtivistas complexas, mas precisam, ao mesmo tempo, ser radicalmente empirizadas e historizadas.

Em publicações recentes, Schmidt argumenta ainda a favor da transformação dos estudos da literatura em estudos empíricos da mídia no contexto de uma moldura teórica de estudos culturais (1992b, p. 1). Durante os anos 80 ficou bastante evidente que perspectivas “catastróficas” em relação à cultura de massa, identificada apenas como “indústria cultural” e analisável a partir do seu efeito manipulador, não fazem jus ao fenômeno em sua complexidade abrangente. Novas reflexões, e também novas molduras epistemológicas e teóricas, ajudam a reconsiderar a questão dos meios de comunicação de massa numa ótica não dicotômica. Essa visão contorna alternativas do tipo literatura elevada/subliteratura, pelo olhar avesso à discriminação, revestindo o fenômeno da própria mídia de nova vitalidade. Deste modo emerge, também, uma preocupação com a dimensão ética da questão. O estigma da intolerância desaparece atrás do paradigma da complexidade.

O dilema na construção de paradigmas para sistemas complexos coloca-se para Gebhard Rusch, companheiro do grupo de pesquisa Nikol, sob forma de dúvida quanto à relação entre objeto e teorização. Se o modelo não oferecer suficiente diferenciação, as hipóteses se perdem em generalidades inócuas; se a diferenciação for excessiva, o modelo se torna ineficiente. Mas onde situar o ponto de equilíbrio?

Um olhar sobre a esfera do objeto a ser modelado teoricamente no contexto de uma ciência da literatura empírica defrauda um campo extremamente complexo. Na verdade assustador, pois, numa perspectiva pragmática, uma definição do fenô-

meno literário, como visto, será necessariamente acoplada às seguintes perguntas: que tipo de texto é considerado literário, por quem, quando e por quê?

Rusch oferece uma seleção de possíveis variáveis que podem compor esse objeto. Dele fazem parte textos de diversos tipos (poemas, ensaios, romances, dramas, etc.), produzidos por diversos meios de comunicação (como, por exemplo, manuscritos, artigos de revista, livros, peças de teatro, filmes de cinema, TV e vídeo, peças radiofônicas, conferências ou leituras radiofônicas, etc.), os mais diversos instrumentos de produção, organizações, instituições e empresas, autores, leitores, produtores, editores, redatores, superintendentes, diretores, críticos, agentes, comerciantes, leitores/espectadores/ouvintes (compradores, consumidores) e, finalmente, todas as ações específicas de produção, divulgação, recepção e processamento, interações e comunicações múltiplas... Uma pergunta sobre as articulações dos componentes deste campo revela variadas influências, interações e dependências, por exemplo, políticas, econômicas, dependências de mercado, de técnicas de produção e distribuição, que evidenciam a rede interna dos fenômenos literários, mas também as múltiplas formas de relações com esferas extraliterárias (como o sistema político e jurídico, o sistema educacional e científico, as manifestações artísticas não-literárias, condições de vida particulares das pessoas que participam direta ou indiretamente da empresa literária). Questões relacionadas com as motivações e forças que iniciam, mantêm, organizam e modificam processos literários, que produzem textos literários e os transformam em objetos desejáveis, oferecem perspectivas sobre as necessidades culturais, sociais, materiais e ideais, sobre a esfera das motivações gerais e específicas, dos critérios de valor, interesses, objetivos, sobre o reconhecimento social e a identidade pessoal, sobre qualidades hedonistas e emotivas relacionadas com processos literários (1987, p. 487-88).

Processos culturais são considerados, portanto, excessivamente complexos e, por isso, resistentes à conceitualização em seu conjunto e em suas incontáveis ramificações. Mas, se, para

alguns, essa hipercomplexidade pode ter o efeito de desalento e frustração, arrastando para distâncias longínquas e utópicas a meta de representar essa esfera por modelos teóricos, para Rusch, ao contrário, ela se dá como desafio autêntico e interessante, “sobretudo levando em consideração que esta tentativa nunca tinha sido feita” (1987, p. 489).

Uma tentativa de articular o dinamismo sincrônico/diacrônico dessas variáveis e suas conexões infinitas em histórias da literatura evidencia com clareza a pertinência da indagação formulada por Schmidt em relação à escrita de histórias de literatura: “Um projeto necessário e impossível?” (1996, p. 101) Será, de fato, uma empresa contínua, sempre provisória, de definir e redefinir processos literários, seus componentes e conteúdos eventuais a partir do olhar flexível e curioso do teórico da literatura.

Creio que a comparação das transformações que moldam os estudos da literatura no espaço francês, americano e alemão revela semelhanças evidentes no nível das tendências gerais, mas revela, além dos estilos diferentes, soluções bastante distintas em função de preferências filosóficas, em função de convicções divergentes sobre a construção de sistemas teóricos adequados, e sobretudo em função da difícil decisão quanto à inclusão e exclusão de experiência, espaços, eventos.

Em todo caso, nos três projetos teóricos acentua-se o comprometimento com o paradigma da multiplicidade, visível no esforço de empirizar e historicizar o conjunto do fenômeno literatura, e visível, ainda, na abertura para espaços interdisciplinares, interculturais, intergeográfico, em terrenos de contornos limítrofes instáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULLER, J. On deconstruction. Theory and criticism after structuralism. Ithaca, New York: Cornell UP, 1982.

- _____. Criticism and Institutions: the American University. In: D. Attridge et al. *Post-structuralism and the question of history*. Cambridge: Cambridge UP, 1987, p. 82-98.
- DELEUZE, Gilles, Felix Guattari. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.
- LIMA, Luiz Costa. Uma história que já foi fácil. *Idéias*, 528, Jornal do Brasil, 9.11.96, p.4.
- LUHMANN, N. *Soziale Systeme*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.
- RUSCH, G. *Erkenntnis, Wissenschaft, Geschichte*. Frankfurt: Suhrkamp, 1987.
- SAID, Edward W. Roads taken and not taken. In: KRIEGER, Murray e L.S. Dembo. *Directions for criticism: Structuralism and its alternatives*. Madison: Wisconsin UP, 1977, p. 33-54.
- SCHMIDT, S. J. “Selbstorganisation-Wirklichkeit-Verantwortung”. *Lumis-Schriften*, 1986, 9, p. 1-18.
- _____. Liquidation oder Transformation der Moderne? In: H. Holländer e C. Thomsen (eds.). *Besichtigung der Moderne*. Köln: Dumont, 1987, p. 53-70.
- _____. *Der Kopf, die Welt, die Kunst: Konstruktivismus als Theorie und Praxis*. Wien: Böhlau, 1992a.
- _____. *Looking back — looking ahead*. *Poetics*, 21, 1992b, p. 1-4.
- _____. Sobre a escrita de histórias de literatura. In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura*. São Paulo: Ática, 1996, p. 101-132.